

RESOLUÇÃO CES Nº 1375/2024

O Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Estadual Nº 7.964 com as modificações estabelecidas pela Lei Estadual 10.598 de 08 de dezembro de 2016, e em consonância com às deliberações do Pleno do Conselho Estadual de Saúde/ES, em sua 258ª Reunião Ordinária do pleno do CES, reunida no dia 24 de outubro de 2024.

Resolve:

Art. 1º - Aprova o Relatório do Seminário 'O Conselho Estadual de Saúde no Controle Social da Política de Saúde Mental no Espírito Santo'. (Anexo)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- O conteúdo desta Resolução, na íntegra, está disponibilizado no endereço eletrônico: www.saude.es.gov.br

Vitória - ES, 29 de Outubro de 2024.

MÁRCIO FLÁVIO SOARES ROMANHA

Presidente do Conselho Estadual de Saúde/ES

Homologo a Resolução Nº. 1375/2024 nos termos da Lei Nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, de acordo com a delegação contida no Art. 1º, § 1º da Lei Nº. 7.964, de 27 de dezembro de 2004, publicada em 29 de dezembro de 2004.

MIGUEL PAULO DUARTE NETO

Secretário de Estado da Saúde/ES

(Anexo)

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO
COMITÊ INTERSETORIAL DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA EQUIDADE

Relatório do Seminário
‘O Conselho Estadual de Saúde no Controle Social da Política de Saúde Mental
no Espírito Santo’

Vitória
2024

INTRODUÇÃO

O seminário intitulado "O Conselho Estadual de Saúde no Controle Social da Política de Saúde Mental no Espírito Santo" aconteceu em 21 de agosto de 2024, no Auditório do SENAC, localizado na Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2077 - Bento Ferreira, Vitória - ES, 29050-625.

O evento, inicialmente planejado para o auditório do SindSaúde, teve que ser transferido para o novo local devido à alta demanda, que excedeu a capacidade do espaço original. O seminário contou com uma participação expressiva, com 267 inscrições realizadas e 187 participantes presentes no evento.

Organizado pelo Comitê de Direitos Humanos e Promoção da Equidade do Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo, o seminário visou oferecer um espaço para discussão e reflexão sobre a política de saúde mental no estado. Reuniu uma diversidade de especialistas, representantes de instituições públicas e membros de movimentos sociais.

O encontro foi estruturado em quatro mesas de discussão, cada uma abordando um aspecto específico da política de saúde mental. A primeira mesa focou na conjuntura estadual e na interação entre pesquisas e controle social. A segunda mesa trouxe a perspectiva do governo estadual sobre a saúde mental. A terceira mesa analisou os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e seus desafios. Por fim, a quarta mesa discutiu a situação da Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (UCTP) e os progressos na desinstitucionalização.

O principal objetivo do seminário foi promover um diálogo aprofundado sobre os desafios e oportunidades na área da saúde mental, buscando caminhos para fortalecer as políticas públicas e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos.

Este relatório oferece uma visão geral dos debates, seguida do detalhamento das discussões em cada mesa, destacando as principais contribuições e sugerindo direções para o aprimoramento das políticas de saúde mental no Espírito Santo.

RESUMO DOS DEBATES

Mesa 1: "Conjuntura Estadual da Política de Saúde Mental: O Que as Pesquisas e o Controle Social Têm a Dizer?"

A discussão ressaltou a necessidade de integrar a saúde mental com outras políticas públicas e aumentar a capacitação dos profissionais da área. Foi destacada a importância de revisar a alocação de recursos para saúde mental e facilitar a participação dos movimentos sociais nos espaços de controle das políticas de saúde mental.

Mesa 2: "Perspectivas e Desafios da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Espírito Santo"

Os debates se concentraram nos desafios enfrentados pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo a necessidade de expansão dos serviços, qualificação profissional e articulação intersetorial. A importância da Atenção Primária e a valorização dos projetos municipais foram temas centrais, destacando o papel crucial da gestão local e a necessidade de uma abordagem integrada para a saúde mental.

Mesa 3: "Os Serviços da Rede de Atenção Psicossocial: O Que Eles Têm a Dizer?"

Foi discutida a integração dos serviços da RAPS com outras políticas públicas e a capacitação contínua dos profissionais. Enfatizou-se o papel do CAPS na reintegração social e a necessidade de revisar a alocação de recursos, além de promover a participação ativa dos usuários e movimentos sociais nas decisões de saúde mental.

Mesa 4: "A Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no ES (UCTP): Como Está a Desinstitucionalização?"

A mesa abordou a necessidade de atualizar conceitos relacionados ao adoecimento e à desinstitucionalização, promovendo uma abordagem mais integrada e menos personalista para enfrentar os desafios dessa transição. A falta de representação da gestão (SEJUS e SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS) e a necessidade de melhorar a qualidade do debate e a articulação entre os diversos setores foram pontos críticos destacados.

DETALHAMENTO DAS MESAS

Mesa 1: "Conjuntura Estadual da Política de Saúde Mental: O Que as Pesquisas e o Controle Social Têm a Dizer?"

Mediação: Cristiano Araújo (Conselheiro Estadual de Saúde)

Palestrantes e Principais Contribuições:

Inês Thomé Poldi Taddei (Representante do Ministério Público Estadual)

A Dra. Inês abriu a discussão destacando que a saúde mental não deve ser vista apenas como uma questão de saúde pública, mas como uma área que interage com diversas outras, incluindo assistência social, educação e habitação. Ela enfatizou a importância de uma responsabilidade compartilhada entre o estado e os municípios e mencionou a Lei federal nº 10.216, Lei da reforma psiquiátrica, que aborda a desinstitucionalização. A Dra. Inês também levantou preocupações sobre a judicialização dos casos de saúde mental e sugeriu medidas para melhorar a eficácia da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no estado.

Carolina Britto (Representante da Deputada Camila Valadão - PSOL)

Carolina apresentou o trabalho da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial. Ela relatou os encontros anteriores da frente, destacando discussões sobre os desafios da RAPS, o reconhecimento das conquistas e desafios no cuidado da saúde mental dos adolescentes e o direito à cannabis medicinal. Carolina ressaltou a importância de manter espaços para escuta e diálogo, citando a frase de Camila Valadão: "Não há produção de saúde sem produção de saúde mental."

Graça Moreira (Representante do Núcleo de Luta Antimanicomial)

Graça questionou a ausência de um usuário na mesa e abordou a necessidade de integração da saúde mental com outras políticas. Ela destacou a importância de uma equipe multiprofissional capacitada para atender as demandas locais e a necessidade de maior participação dos movimentos sociais na formulação das políticas. Também mencionou a dificuldade enfrentada pelo núcleo devido à falta de CNPJ para participar do CES.

Lara Campanharo (Representante do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas Fênix - UFES)

Lara apresentou sua pesquisa de mestrado, intitulada "Para Onde Foi o Dinheiro da Saúde Mental? Análise dos Gastos da Secretaria de Saúde do Estado Espírito Santo com Ações e Serviços em Saúde Mental", defendida em 2023. Ela destacou a inadequação dos recursos alocados e a concentração em alta complexidade, em detrimento da atenção primária. Lara discutiu como a falta de financiamento afeta a implementação das políticas de saúde mental e criticou a exigência de CNPJ para a participação dos movimentos sociais.

Hugo Fernandes Matias (Representante da Defensoria Pública)

Hugo trouxe à tona a complexidade das demandas de saúde mental enfrentadas pela defensoria, destacando as prioridades para 2024 e o trabalho dos defensores em áreas especializadas, como infância e direitos humanos. Ele sublinhou o esforço contínuo para abordar essas questões dentro do órgão.

Maristella Zamborlini Macedo (Representante da OAB - Comissão da Saúde Pública e Suplementar)

Maristella enfatizou a importância da participação social na construção das políticas de saúde e discutiu a centralização dos recursos em média e alta complexidade. Ela também abordou a necessidade de revisitar questões relacionadas às internações compulsórias e à judicialização.

Rita de Boni (Representante do SindSaúde e Conselheira Estadual de Saúde)

Rita levantou questões sobre a formação e a prática dos trabalhadores da saúde, criticando a abordagem religiosa e a falta de capacitação técnica. Ela fez perguntas à plateia para entender melhor a realidade dos profissionais da atenção primária e hospitais gerais.

Wellington Barros (Representante das Residência Terapêuticas e Conselheiro Estadual de Saúde)

Wellington falou sobre a fiscalização das Residências Terapêuticas (RTS), discutindo problemas estruturais e a insuficiência da capacitação dos funcionários. Ele também destacou a crítica ao baixo percentual de recursos destinados à saúde mental e parabenizou o secretário estadual de saúde por sua presença na discussão.

Participação do Secretário Estadual de Saúde

O Secretário Estadual de Saúde, Miguel Paulo Duarte Neto, estava previsto para a segunda mesa do evento, mas devido a uma agenda externa, teve que se retirar antecipadamente. Como resultado, sua participação foi antecipada e ele se juntou à primeira mesa após o término das apresentações dos palestrantes, realizando uma intervenção no final.

O Secretário iniciou sua intervenção com agradecimentos e reflexões sobre as discussões realizadas na mesa. Ele abordou a questão da saúde mental como um desafio para qualquer gestor e destacou a importância da transparência na administração dos recursos. Miguel Duarte mencionou que, apesar das críticas e deficiências apontadas, o governo está comprometido em enfrentar os desafios da área. Ele ressaltou a autorização pelo governador Renato Casagrande para a construção de 30 novos CAPEs no estado, enfatizando que essa medida visa melhorar o atendimento, embora haja desafios orçamentários e administrativos.

Além disso, o Secretário confrontou diretamente a apresentação de Lara Campanharo, questionando os dados e conclusões apresentados em sua pesquisa de mestrado. Miguel Duarte Neto argumentou que os dados utilizados por Lara não refletiam com precisão a realidade atual da administração dos recursos estaduais.

Após a apresentação do Secretário de Saúde, ele se retirou do evento antes da sessão de perguntas e respostas do público. Com a saída do Secretário, a mesa foi aberta

para que os participantes pudessem fazer perguntas e interagir com os palestrantes presentes.

As pessoas se organizaram para questionar os membros da mesa, e todas as perguntas foram respondidas de maneira abrangente.

Entre as intervenções, destaca-se a fala da professora Fabíola Xavier Leal, que estava na plateia e foi a professora orientadora do mestrado de Lara. Fabíola aproveitou a oportunidade para solicitar que um representante da SESA pedisse ao Secretário que apresentasse as divergências mencionadas em relação à pesquisa de Lara. Ela enfatizou que a pesquisa foi aprovada por dois comitês de ética: o da Universidade Federal do Espírito Santo e o do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), vinculado à SESA.

Mesa 2: "Perspectivas e Desafios da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Espírito Santo"

Mediação: Genecy Teixeira (Conselheira Estadual de Saúde)

Genecy Teixeira iniciou a mesa destacando a ausência do Secretário Estadual de Saúde, que estava previsto para participar desta discussão, mas teve que antecipar sua participação na primeira mesa devido a compromissos externos. Genecy considerou essa ausência uma perda para o debate, pois a presença do Secretário certamente enriqueceria a discussão sobre a RAPS.

Palestrantes e Principais Contribuições:

Franciely Da Costa Guarnier Representante da SESA Área técnica de saúde mental

Franciely iniciou sua fala contextualizando o histórico e o panorama político da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Espírito Santo. Apresentou documentos importantes, como notas técnicas e portarias que orientam o funcionamento da RAPS. Destacou a composição da rede pelas regiões de saúde e mencionou desafios como a necessidade de expansão para superar vazios assistenciais, qualificação dos profissionais, abertura de leitos em hospitais gerais, monitoramento dos serviços, habilitação de serviços nos municípios e a articulação intra e intersetorial para alcançar a plena funcionalidade da rede.

Maria Angélica Representante da SESA/ Área técnica da Atenção Básica

Maria Angélica abordou a Atenção Primária em Saúde, relacionando-a com a RAPS. Problematicou a questão da cobertura, afirmando que, apesar da alta cobertura de Atenção Primária no Espírito Santo, a qualidade do atendimento depende de fatores como a capacitação contínua dos profissionais e o conhecimento do território. Concluiu sua fala com uma citação de Miguel de Cervantes: "Mudar o mundo, meu amigo Sancho, não é loucura, não é utopia, é justiça!"

Diogo (Representante da Equipe Técnica de Saúde Mental da SESA / Grupo Condutor da RAPS)

Diogo utilizou a Portaria MS Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, para contextualizar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no SUS. Detalhou as atribuições e

representações do Grupo Condutor Estadual da RAPS, bem como as principais iniciativas em andamento.

Wendell (Representante da RAPS Metropolitana, Coordenador da Atenção Primária na Região Metropolitana)

Wendell destacou a necessidade de uma abordagem abrangente para a saúde mental, que envolva também áreas como educação e moradia. Falou sobre a reestruturação do Grupo Condutor da RAPS e as mudanças previstas em uma nova portaria. Compartilhou realizações recentes, incluindo oficinas em 15 dos 23 municípios da Região Metropolitana e um diagnóstico vivo para compreender melhor as dinâmicas territoriais.

André (Representante da Equipe Técnica de Saúde Mental em Muniz Freire, Região Sul)

André refletiu sobre a alta rotatividade das pessoas no grupo e a importância da valorização da saúde mental por prefeitos e secretários municipais de saúde. Destacou como os projetos municipais podem avançar mesmo na ausência de diretrizes estaduais claras, ressaltando a capacidade dos municípios de progredir de forma independente.

Mesa 3: "Os Serviços da Rede de Atenção Psicossocial: O Que Eles Têm a Dizer?"

Mediação: Marcia Naomi Shigetomi (Conselheira Estadual de Saúde)

Palestrantes e Principais Contribuições:

Flávia (Gerente do CAPS Álcool e Drogas da Serra)

Flávia iniciou sua fala destacando que sua gerência começou durante o período pandêmico e enfatizou que "um CAPS potente é um CAPS extramuros", significando um cuidado ampliado. Ela argumentou que o CAPS não deve ser uma versão modernizada de um manicômio, mas sim um "trampolim" para o mundo externo. Flávia também levantou questões sobre o aumento da população em situação de rua e os desafios que isso representa para os serviços de saúde mental. Ela sublinhou a importância da capacitação de todos os trabalhadores da saúde, não apenas psicólogos e assistentes sociais, mas todos os profissionais envolvidos.

Sabrina (Assistente Social, Gerência do CAPS Infanto-Juvenil da Serra)

Sabrina começou agradecendo o convite para discutir a pauta infanto-juvenil. Baseando-se em um documento do Ministério da Saúde de 2005, ela ressaltou a necessidade de reconhecer o público infanto-juvenil como atores ativos, que têm voz e devem se expressar no tratamento. Sabrina apontou desafios na colaboração com outras políticas, que muitas vezes são normativas e tutelares, e usou o termo "colonização do autismo" para descrever uma abordagem que pode resultar em uma cultura individualizante dos encaminhamentos. Destacou a necessidade de espaços de escuta além da clínica e a inclusão desses temas nas formações profissionais.

Alexandra (Terapeuta Ocupacional do CAPS Cidade)

Alexandra começou sua fala com uma visão histórica do CAPS Cidade, iniciado em 1996, e descreveu sua função como uma unidade de atendimento porta aberta. Com uma equipe composta por 19 funcionários, incluindo dois médicos, ela destacou atividades desenvolvidas no CAPS, como as Olimpíadas do CAPS e o Bingo do CAPS,

conduzido por um usuário. Alexandra abordou o protagonismo dos usuários e discutiu a hashtag “#dojeitoqueocapsgosta”, que carregava um estigma, mas foi ressignificada, e enfatizou a necessidade de ocupar espaços com a pauta de forma positiva. Ela finalizou sua fala lendo um trecho do livro publicado do CAPS Cidade, “A Arte do Inconsciente”.

Yara Quer Mendes da Costa (Servidora Pública, Gerência de Política e Gestão das Redes)

Yara iniciou sua fala com o conceito de saúde mental da OMS, enfatizando que vai além das intervenções psicológicas e medicamentosas, e a necessidade de descentralizar esses debates com psicólogos e assistentes sociais. Ela expressou preocupação com o número baixo de equipes multiprofissionais nos territórios, inferior à quantidade de municípios do estado. Yara também destacou a importância da atenção primária em continuar o acompanhamento dos usuários e a necessidade de uma visão clara sobre isso, além de reforçar a importância do território para desenvolver estratégias assertivas e colocar o usuário como protagonista.

Priscila (Assistente Social, Coordenação do Serviço Residencial Terapêutico - Invisa)

Priscila iniciou destacando que o serviço residencial terapêutico deve ser visto como “moradia” e não como uma instituição para pacientes. Ela explicou que a equipe psicossocial do serviço não inclui médicos, e que cada casa possui 2 cuidadores durante o dia e 2 à noite. Citou a Portaria GM/MS nº 757, que define a capacidade de cada casa com 8 moradores, e diferenciou as residências terapêuticas Tipo I e Tipo II. Priscila abordou o desafio da cultura de internação forte no território e a dificuldade das pessoas em vulnerabilidade para acessar políticas públicas, chamou a atenção para os contratos que há 10 anos ficaram sem reajuste. Enfatizou a importância do fortalecimento da rede e finalizou citando Nise da Silveira: “É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade.”

Felipe Goggi Rodrigues (Diretor do Hospital Estadual de Atenção Clínica - HEAC)

Felipe falou sobre a história de 75 anos do HEAC e seu papel na saúde mental do estado, destacando que, apesar de ser um marco histórico, não é necessariamente motivo de comemoração devido ao estigma associado ao manicômio. Ele assumiu o hospital em 2019, quando ainda havia 9 moradores psiquiátricos, e mencionou a média de permanência de 32 dias, que melhorou em comparação aos 3 anos de internação anteriores.

Alex Solivan Abreu (Médico do SAMU 192 e Especialista em Psiquiatria)

Alex abordou o papel do SAMU na linha de frente do atendimento de emergências psiquiátricas, lidando com pacientes em crise. Ele mencionou desafios como o número limitado de ambulâncias, o destino final geralmente sendo a UPA, e o despreparo dos profissionais. Alex destacou o problema da recorrência no atendimento, dando o exemplo de um paciente atendido 58 vezes nos últimos 10 meses, o que representa quase duas vezes por semana.

Durante as manifestações do público surgiram questionamentos sobre a necessidade de acompanhamento da polícia aos atendimentos do SAMU, Alex respondeu que isso não era parte do protocolo, porém grande parte do público afirmou que é frequente a exigência do SAMU de somente atender com a presença da polícia, o que pode gerar transtorno ao paciente e a comunidade.

Mesa 4: "A Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no ES (UCTP): Como Está a Desinstitucionalização?"

Mediação: Caroline Gomes Coura Barbosa (Conselheira Estadual de Saúde)

A mesa sobre a Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no Espírito Santo (UCTP) era amplamente aguardada devido à relevância da temática da desinstitucionalização. No entanto, a discussão foi prejudicada pela ausência de várias representações importantes, resultando em uma análise limitada com apenas duas participações. Esse cenário ressaltou a necessidade de maior inclusão e diversidade nas discussões sobre desinstitucionalização e os desafios enfrentados no processo.

Palestrantes e Principais Contribuições:

Rochester (Representante da SETADES - Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social)

Rochester iniciou sua fala ressaltando a necessidade de reavaliar conceitos como transtorno, adoecimento e retardo. Citou dados apresentados por Lara em seu mestrado e criticou a falta de reconhecimento oficial desses dados pelo secretário, apontando a complexidade do problema e a influência da PEC do teto de gastos. Destacou que a questão não deve ser abordada de forma pessoal, mas sim como um problema estrutural.

ROSE MARY SANTANA SILVA (SESA)

A palestrante começou questionando a responsabilidade de todos no processo de desinstitucionalização. Lamentou a ausência dos colegas convidados e mencionou que existe um grupo de trabalho envolvendo a SEJUS, Defensoria Pública, Ministério Público, SETADES, SESA, entre outros, para discutir a desinstitucionalização. Apesar desses esforços, observou que a qualidade do debate ainda não é satisfatória. Outro ponto que foi comentado é que a SESA está liderando a EAP DESISTE, com a função de articular com os municípios para o encaminhamento da população para o território.

ENCAMINHAMENTOS

1. Solicitação de Apresentação de Dados pelo Secretário Miguel:

Durante as discussões da Mesa 1, a professora Fabíola Xavier Leal, que estava presente no evento, solicitou formalmente que o Secretário de Saúde, Miguel, apresentasse os dados que sustentaram sua contestação aos resultados da pesquisa intitulada "Para Onde Foi o Dinheiro da Saúde Mental? Análise dos Gastos da Secretaria de Saúde do Estado Espírito Santo com Ações e Serviços em Saúde Mental", defendida por Lara em 2023.

Considerando a importância da transparência e da clareza nas informações relacionadas a esta pesquisa, o Conselho Estadual de Saúde decidiu atender a essa solicitação. Assim, o Conselho irá convidar o Secretário Miguel para comparecer ao

próximo pleno e fornecer uma apresentação detalhada sobre os dados e argumentos que contestaram os resultados da pesquisa, visando esclarecer as divergências e promover um diálogo mais esclarecedor sobre o tema.

2. Solicitação ao SAMU de Apresentação do Protocolo de Atendimento aos Pacientes em Crise, do Número de atendimentos onde há acompanhamento da polícia e critérios para acompanhamento da polícia.
Durante a mesa 3, ocorreram questionamentos por diversos participantes do público sobre a real necessidade de acompanhamento da polícia aos atendimentos do SAMU
3. Solicitação à SEDH e SEJUS que, dada ausência de ambas na quarta mesa, seja redigido um relatório sobre o tema para apresentação ao pleno do CES.
4. A realização do segundo seminário de saúde mental, focado no momento posterior ao encerramento dos manicômios e seus desdobramentos.

ANEXOS













